

RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.269 - PE (2017/0244473-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
RECORRIDO : ANTÔNIO PEREIRA NETO
ADVOGADO : VENÍCIO BARBALHO NETO E OUTRO(S) - RN003682

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (fls. 156/157):

PROCESSUAL CIVIL. AGTR. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACÓRDÃO DO STF POSTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO EXEQUENDA. NECESSIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 525, §§ 14 E 15 DO NCPC. RECURSO IMPROVIDO.

1. O STF reconheceu repercussão geral em recurso extraordinário que versava sobre a incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei nº 9.624/98 e a MP nº 2.225-48/2001.

2. Naquela ocasião, o Pretório Excelso deu provimento ao RE nº 638.115 (julgamento em 19.03.2015, com publicação do acórdão no DJE de 03.08.2015), nos termos do voto do Relator Ministro Gilmar Mendes, o qual fixou a tese de que ofenderia o princípio da legalidade a decisão que concedia a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 08.04.1998 e 04.09.2001, ante a carência de fundamento legal.

3. A decisão agravada, considerando que o acórdão do Supremo Tribunal Federal proferido no RE nº 638.115 foi posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, ocorrido em 25.08.2014, entendeu que não haveria como desconstituí-lo pela via da impugnação ao cumprimento de sentença, sendo imperioso o ajuizamento de ação rescisória para tal finalidade.

4. O NCPC, no art. 525, § 1º, inciso III, preceitua que o executado poderá alegar na impugnação a inexequibilidade do título ou a inexigibilidade da obrigação, acrescentando o § 12 do mesmo artigo que "para efeito do disposto no inciso III do § 1 deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação o reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a , em controle de constitucionalidade CF/88 concentrado ou difuso".

5. Preveem os §§ 14 e 15 do mesmo artigo, respectivamente, que "a decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda" e que "se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal".

6. A decisão exequenda, acórdão oriundo desta Corte Regional, o qual concedeu à parte agravada o direito à incorporação dos quintos até a edição da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, transitou em julgado em 25.08.2014, e o acórdão do Pretório Excelso foi proferido em 19.03.2015, com publicação no DJE de 03.08.2015, donde se infirma que a agravante deveria ter ingressado com a correspondente ação rescisória, não podendo alegar a

inconstitucionalidade da pretensão em sede de impugnação de sentença.
7. Agravo de instrumento improvido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 185/188).

A recorrente sustenta violação do arts. 475-L e 741, II, e parágrafo único, do CPC/1973 (atuais 525, §1º, III e §12 c/c 535, III e §5º, do CPC/15), argumentado que a decisão que gerou título executivo foi dada com interpretação da lei reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal (RE 638.115).

Contrarrazões às e-STJ fls. 244/245.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 252.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

A recorrente sustenta violação dos arts. 475-L e 741, II, e parágrafo único, do CPC/1973 (atuais 525, §1º, III e §12 c/c 535, III e §5º, do CPC/15), argumentado que a decisão que gerou título executivo foi dada com interpretação da lei reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal (RE 638.115).

Nada obstante, verifico que o acórdão encontra-se fundamentado na inadequação da alegação de inconstitucionalidade em sede de impugnação de sentença, pois caberia à parte recorrente a propositura de ação rescisória para tal fim. Vejamos o seguinte trecho do voto condutor (e-STJ fls. 156/157):

1. O STF reconheceu repercussão geral em recurso extraordinário que versava sobre a incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei nº 9.624/98 e a MP nº 2.225-48/2001.
2. Naquela ocasião, o Pretório Excelso deu provimento ao RE nº 638.115 (julgamento em 19.03.2015, com publicação do acórdão no DJE de 03.08.2015), nos termos do voto do Relator Ministro Gilmar Mendes, o qual fixou a tese de que ofenderia o princípio da legalidade a decisão que concedia a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 08.04.1998 e 04.09.2001, ante a carência de fundamento legal.
3. A decisão agravada, considerando que o acórdão do Supremo Tribunal Federal proferido no RE nº 638.115 foi posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, ocorrido em 25.08.2014, entendeu que não haveria como desconstituí-lo pela via da impugnação ao cumprimento de sentença, sendo imperioso o ajuizamento de ação rescisória para tal finalidade.
4. O NCPC, no art. 525, §1º, inciso III, preceitua que o executado poderá alegar na impugnação a inexequibilidade do título ou a inexigibilidade da obrigação,

acrescentando o §12 do mesmo artigo que "para efeito do disposto no inciso III do § 1 deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação o reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a , em controle de constitucionalidade CF/88 concentrado ou difuso".

5. Preveem os §§14 e 15 do mesmo artigo, respectivamente, que "a decisão do Supremo Tribunal Federal referida no §12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda" e que "se a decisão referida no §12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal".

6. A decisão exequenda, acórdão oriundo desta Corte Regional, o qual concedeu à parte agravada o direito à incorporação dos quintos até a edição da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, transitou em julgado em 25.08.2014, e o acórdão do Pretório Excelso foi proferido em 19.03.2015, com publicação no DJE de 03.08.2015, donde se infirma que a agravante deveria ter ingressado com a correspondente ação rescisória, não podendo alegar a inconstitucionalidade da pretensão em sede de impugnação de sentença.

Ocorre que a recorrente não se insurgiu contra esse fundamento em seu apelo nobre, circunstância que atrai a aplicação das Súmulas 283 do STF. A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. A ausência de impugnação de fundamento central do acórdão recorrido, o qual é suficiente para mantê-lo, dá azo ao não conhecimento do recurso. Inteligência da Súmula 283 do STF.

2. Recurso que se mostra manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei.

3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa. (AgInt no MS 22.589/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/10/2016, DJe 21/10/2016).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator